

**Comitê Estadual de Monitoramento
de Incidentes com Tubarões**

**46ª Sessão Ordinária (ampla)
10 de julho de 2008**

Ajuda-Memória de Reunião

1- Abertura

A quadragésima sexta reunião do Comitê Estadual de Monitoramento de Incidentes com Tubarões (CEMIT) foi aberta às 14h30, pelo seu Presidente, Prof. Fábio Hazin, no auditório da Secretaria de Defesa Social, e contou com a seguinte participação:

Membros efetivos:

- ✓ Fábio Hazin (UFRPE);
- ✓ Alexandre Carvalho (IOPE);
- ✓ Assis Lacerda (CPRH);
- ✓ Ten Cel. Josué (GBMAR-CBMPE);
- ✓ Cel. Edemário (CBMPE);

Membros convidados:

- ✓ Sérgio Murilo (Instituto Praia Segura);
- ✓ Elysângela Alcoforado (SAMU);
- ✓ Euclides Dourado (IBAMA);
- ✓ Lourielson P. dos Santos (MPF);
- ✓ Júlio Melo (Guarda Municipal de Recife);
- ✓ Rubem Amorim Santos (PMO-SEPLAMA);
- ✓ Daniella Ximenes (Assessoria de Imprensa da SDS).

2- Escolha do Relator.

Como relatora foi escolhida a Sra. Cláudia Mattos, Secretária Executiva do CEMIT, com o apoio do Presidente, Prof. Fábio Hazin.

3- Encaminhamentos da 46ª reunião ordinária.

O Prof. Fábio Hazin, Presidente do CEMIT, abriu a reunião informando que a mesma seria extraordinariamente iniciada pela apresentação da EscalaNovva sobre o projeto de comunicação, item 4.2.1 da agenda, de forma a permitir que o pessoal da agência

pudesse ser logo liberado. A Sra. **Angélica**, então, representando a EscalaNovva, deu início à apresentação informando que o produto que havia sido solicitado pelo Instituto Oceanário consistia em uma proposta de campanha para mídia de massa, de orientação junto à população, sobre o problema dos incidentes com tubarões e, principalmente, sobre as formas de evitar tais incidentes. Explicou, inicialmente, que a agência havia construído a proposta a partir de duas abordagens alternativas, ressaltando, contudo, que, independentemente da avaliação que a campanha viesse a receber, mesmo que viesse a ser aprovada, a mesma teria que ser ainda pré-testada antes de ir ao ar. Enfatizou, ademais, que certamente valeria a pena se fazer uma pesquisa junto ao público alvo, no sentido de definir o perfil do mesmo, melhor identificando, por consequência, o grupo que se pretendia priorizar. Além disso, argumentou que deveriam ser utilizadas, na realização da campanha, tanto a mídia de televisão como a de rádio, uma vez que os dados disponíveis indicavam que a maioria das pessoas que são atacadas por tubarão habitam na própria Região Metropolitana do Recife, com raríssimas exceções tendo sido registradas com turistas. O objetivo central da campanha, portanto, seria o de conscientizar a população de que a mesma pode usufruir da praia em segurança, desde que sejam observadas certas precauções. A Sra. **Angélica** explicou, então, como havia mencionado inicialmente, que a campanha havia sido montada a partir de 2 linhas alternativas, uma delas sendo mais humorística, baseada em paródias feitas de filmes famosos, com uma mensagem de seriedade no final; e uma outra que estimulava as pessoas a irem para a praia, desde que tomando certos cuidados.

Uma vez finalizada a apresentação, o **Prof. Fábio Hazin** convidou os membros do Comitê para comporem a mesa, passando à aprovação da agenda da 46ª reunião ordinária e da ata da 45ª. Na ocasião, o **Sr. Luiz Leite** pediu a palavra para informar que ali estava em nome da Secretaria de Planejamento do Cabo de Santo Agostinho, solicitando que fosse incluída na agenda a possibilidade de agendamento para a colocação das placas ao longo do litoral do seu município. O **Prof. Fábio** informou que esse assunto poderia ser tratado no item 4.3.1, junto com todas as outras prefeituras. Não havendo mais nenhuma solicitação de alteração na agenda, a mesma foi considerada aprovada, com o **Prof. Fábio** passando, então, à aprovação da ata da 45ª reunião, a qual foi igualmente aprovada sem nenhuma mudança. Em sequência, abriu as discussões sobre o item 4.2.1, relativo ao projeto de comunicação, com base na apresentação realizada pela Escalanovva, lembrando que

aquele era um tema recorrente nas reuniões do CEMIT, que, há quase dois anos, se preocupava em criar uma campanha fundamentalmente centrada na TV e Rádio, em função do grande alcance dessas mídias junto à população local. Explicou que inicialmente a expectativa do CEMIT era de que o projeto de mídia fosse construído a partir do próprio orçamento do Estado, através da licitação recentemente realizada, esclarecendo, porém, que, subseqüentemente, o Secretário de Imprensa havia informado que, ao contrário do que havia imaginado o CEMIT, o desejo do Estado era de que a peça de comunicação fosse inserida no próximo convênio, a ser celebrado com o Instituto Oceanário de Pernambuco.

O Sr. Alexandre complementou, então, informando que na audiência que havia tido com o Secretário de Imprensa, Sr. Evaldo Costa, o mesmo havia igualmente expressado o seu desejo de que a estruturação do projeto de comunicação fosse conduzida pelo próprio CEMIT, uma vez que, na visão do Governo, era o Comitê quem tinha a competência para opinar sobre as diretrizes do plano de mídia. Com relação à proposta, afirmou que todos sabiam que a “EscalaNovva” estava há mais de 2 anos no mercado, sendo uma empresa muito preocupada com o problema dos ataques de tubarão e que a mesma se colocava sempre à disposição, atendendo a todos os pleitos do IOPE, sem cobrar absolutamente nada por isso. Em relação à proposta apresentada, disse que era um tema muito polêmico e que, por essa razão, exigia que fosse tratado com muito cuidado. Declarou, em seguida, que não havia achado pertinente a primeira proposta, de cunho humorístico, preferindo um caminho mais sóbrio, mais tranquilo, mais completo e simples. Finalizou, assim, opinando que a primeira proposta deveria ser descartada, sugerindo que fosse estudada uma segunda linha ou outra qualquer, embora considerasse as propostas apresentadas como um bom início, um ponto de partida para que se pudesse chegar a um consenso sobre a questão.

O Sr. Luiz Leite afirmou, em seguida, que na região que ia do Paiva até o Paraíso, a demanda seria muito maior, de forma que as placas de alerta não seriam suficientes. Opinou, ainda, que se deveria realizar uma pesquisa no intuito de se aprimorar o conceito das mesmas, uma vez que na forma em que se encontravam não seriam capazes de sensibilizar o público que se desejava atingir. Citou a Roda de Diálogos da Juventude, que tratava de temas ligados à juventude, informando que estava sendo criada, no Município, uma Política Especial de Juventude para rever exatamente essas questões, como, por exemplo, o que fazia um jovem ver seu amigo ser atacado por um tubarão, e, ainda assim,

freqüentar o mesmo lugar para tomar banho. Disse que tinha aproximação com esses jovens e que poderia propor uma agenda do CEMIT com os mesmos.

O Prof. Fábio respondeu, então, que considerava a sugestão muito pertinente e que a mesma reportava a uma nova etapa do Comitê. Disse que o CEMIT já havia cumprido uma primeira etapa, mas que havia ainda uma carência muito grande de informação, apesar do intenso trabalho de educação já realizado, o qual, nos quatro anos passados, sob a coordenação do IOPE, havia atingido mais de um milhão de pessoas através de panfletos, palestras, e outras atividades. Afirmou, porém, que a partir de agora era necessário se iniciar uma segunda abordagem, voltada para a sensibilização daqueles que já estão devidamente informados acerca do perigo que estão correndo, mas que decidem correr o risco mesmo assim. Complementou, argumentando que, de certa forma, aquele tipo de ação já vinha sendo desenvolvida pelo CEMIT, a exemplo do trabalho de educação desenvolvido em Olinda, onde haviam sido realizadas palestras com o envolvimento direto da comunidade. Ressaltou, inclusive, que na última reunião do CEMIT antes do ataque, já havia sido feito um novo contato com a Prefeitura de Olinda para retornar à comunidade, no intuito de renovar o trabalho, já que a própria Prefeitura, na ocasião, havia chamado a atenção para o fato de que muitas daquelas pessoas que tinham tido a oportunidade de participar da primeira iniciativa já não estavam mais na comunidade. Infelizmente, antes que tivesse havido tempo de se retomar esta ação havia ocorrido um novo ataque na área. Por fim, o Prof. Fábio indagou se o IOPE já havia mantido um contato com a Prefeitura de Olinda para o encaminhamento do tema. O Sr. Alexandre respondeu que a Prefeitura de Olinda havia ficado de entrar em contato com o Oceanário, mas que eles tentariam resolver essa pendência.

O Sr. Luiz Leite falou, então, que uma grande preocupação, nas épocas de verão, no âmbito da sua gerência regional, eram os afogamentos, afirmando que aproximar o CEMIT da mesma seria algo muito positivo, comprometendo-se, neste sentido, a buscar uma rotina de diálogo com os Núcleos de Defesa Civil- NUDEC.

O Prof. Fábio agradeceu a proposta, afirmando que a iniciativa, do ponto de vista da ação de educação ambiental, era extremamente bem vinda, razão pela qual acreditava que o IOPE deveria coordenar essa aproximação com o NUDEC.

O Sr. Sergio Murilo argumentou, então, que nenhum programa de educação ambiental atingiria a população local em sua totalidade sem uma periodicidade regular. Afirmou que, quando o Comitê se encontrava perto de completar dois anos sem ataques, havia se verificado um relaxamento natural das pessoas, que passavam a achar que o problema estava solucionado. Disse, ainda, que na próxima campanha educativa se deveria convocar a população para que ela própria chegasse àquela pessoa que estivesse avançando mar adentro, chamando a sua atenção, sem depender apenas dos Bombeiros.

O Prof. Fábio concordou, reiterando que aquela sugestão incorporava-se à necessária mudança do perfil do trabalho de educação ambiental, que deveria deixar de ser meramente informativo para se tornar mais agressivo, no bom sentido, no intuito de atingir de uma maneira mais intensa o público-alvo. Opinou que se deveria buscar, de fato, um envolvimento com o NUDEC, como forma de se construir mecanismos interativos que possibilitassem uma participação mais ativa da população.

O Cel BM Edemirio argumentou que uma forma interessante de se alcançar tal meta seria utilizar o marketing nas barracas de praias e nos letreiros, inserindo-se nos mesmos lembretes para as pessoas saberem dos riscos que estão correndo.

O Prof. Fábio concordou, ressaltando, ainda, que se deveria, também, enfatizar a questão do consumo de álcool, já que as praias vinham se tornando um local de consumo intenso de bebidas alcoólicas, prática que aumentava tanto o risco de ocorrência de ataques de tubarão como de afogamentos. Ponderou, ainda, que, com o fim de se coibir tal comportamento, deveria se tentar chamar a atenção da juventude e buscar uma colaboração mais participativa da população, aproveitando até a questão da Lei Seca, já que, da mesma forma que as pessoas perdiam o reflexo para dirigir, também perdiam a capacidade de avaliar adequadamente o risco que estavam correndo de serem atacadas por tubarão ou de se afogarem.

O Cel BM Edemirio sugeriu, então, que fosse desenvolvido um trabalho de educação ambiental com líderes comunitários, pessoas de influência na comunidade, líderes locais. Enfatizou, ainda, que apesar da perspectiva de uma melhor sinalização nas áreas sujeitas a ataques de tubarão, o trabalho desses líderes comunitários era extremamente importante, particularmente para inibir a prática do surfe nas áreas onde a mesma era proibida.

O Sr. Sérgio Murilo, por sua vez, disse que uma coisa muito positiva seria um projeto de capacitação dos próprios barraqueiros, tornando-os fiscais da praia, orientadores dos banhistas.

O Sr. Alexandre Carvalho respondeu, então, que o trabalho que vinha sendo feito tinha contribuído para reduzir significativamente o número de pessoas em situação de risco, o que era um avanço extraordinário. Argumentou, porém, que, infelizmente, jamais se conseguiria zerar esse número, até porque as estatísticas mostravam que cerca de 80% das vítimas eram do sexo masculino e na faixa etária de 14 a 25 anos. Afirmou que concordava com o Sr. Assis quando ele dizia que era necessário envolver jovens que já se encontravam organizados, que já possuíam um potencial contributivo avançado nesse processo, tendo em vista que o envolvimento da população, de uma forma geral, era um aspecto de fundamental importância para se assegurar o sucesso das ações preventivas. Com relação ao que o Sr. Sérgio havia falado, disse que já estava entrando em contato com os barraqueiros, embora aquela não fosse uma questão simples de se resolver. Contudo, asseverou que àquela altura já existia um relacionamento extraordinário com alguns barraqueiros, como o Sr. Júnior, por exemplo, o qual, possivelmente, era a pessoa que possuía o maior número de barracas nas praias de Boa Viagem, além de exercer uma influência extraordinária sobre os outros barraqueiros ao longo da praia. Aduziu que o mesmo já havia se colocado à disposição para, juntamente com outros barraqueiros da área, participar de uma capacitação de modo que pudessem contribuir com o esforço de redução dos incidentes de ataques de tubarão. Com relação às duas últimas vítimas, o Sr. Alexandre informou que o IOPE vinha acompanhando de perto, desde o primeiro momento, tanto o Wellington, atacado nas proximidades da Igrejinha de Piedade, como o Ruan, mordido na Praia de Del Chifre, enquanto surfava. Explicou que o acompanhamento do IOPE ia desde a presença quando da realização dos curativos, até o apoio psicológico oferecido pelo Professor Lira, que, além de geólogo, havia se formado também, recentemente, em psicologia. Afirmou, ainda, que, por meio desses contatos, quase que diários, tanto o Ruan como o Wellington haviam demonstrado interesse em se envolverem diretamente na campanha educativa. Informou que os garotos haviam absorvido muito bem todo o processo e que estavam extremamente interessados em participar das campanhas de educação ambiental, acrescentando às mesmas o seu depoimento, como forma de alertar a

população para a realidade concreta do risco. Disse, ainda, que o Ruan já havia ligado para o IOPE informando que estava de alta e que desejava, portanto, começar logo a ser treinado para poder participar dos trabalhos. Já o Wellington havia informado que no dia do acidente tinha, de fato, bebido em casa, tendo ido à praia de bicicleta, no local onde era freqüentador assíduo. Afirmou que sabia sim dos riscos, que havia visto as placas, mas que achava que nunca aconteceria com ele. Por fim, O Sr. Alexandre concluiu, enfatizando a importância dessa aproximação com as duas últimas vítimas, as quais poderiam inclusive participar, de uma forma positiva, no processo de divulgação junto à mídia.

O Prof. Fábio passou, então, para um outro assunto que afirmou reputar como de grande importância, que eram os cuidados para assegurar o atendimento a eventuais vítimas de ataques, da forma mais rápida e eficiente quanto possível. Informou, assim, que, com o fim de discutir o assunto com maior profundidade, havia convidado o SAMU, cuja presença na reunião muito agradecia. Disse, inicialmente, que apesar de saber que o SAMU provavelmente atendia a um milhão de outras emergências antes de vir a socorrer uma vítima de ataque de tubarão, havia, evidentemente, da parte do CEMIT, a grande preocupação de que houvesse a disponibilidade permanente de uma viatura para atender uma eventual vítima de ataque, ou mesmo de afogamento. Alegou, ainda, que, durante o final de semana, a beira da praia se tornava uma área extremamente propícia à ocorrência de acidentes das mais diversas naturezas, como atropelamento, por lancha ou por carro, ou afogamento, além, claro, de ataques de tubarão, o que justificava a presença constante de uma viatura de socorro em frente ao GBMAR, pela proximidade do Hospital da Aeronáutica e por estar num ponto estratégico entre a igreja de Piedade e o Pina.

A Sra. Elisângela, representando o SAMU, informou, então, que o grande problema residia na troca de macas, passando a explicar, detalhadamente, como tudo acontecia. Segundo a mesma, as maiores demandas do SAMU ocorriam nos finais de semana, a partir da sexta-feira, principalmente de 14:00h em diante, quando vários pacientes eram removidos para os hospitais de urgência da cidade. Ocorre que, por falta sistemática de leitos, os pacientes, em grande parte dos casos, tinham que ser deixados no hospital com a própria maca da ambulância. Quando amanhecia o dia do sábado, portanto, as ambulâncias disponíveis já estavam com as suas macas todas “presas”, sendo necessário fazer um exaustivo trabalho de resgate das macas nos hospitais. Assim sendo, explicou que

o que poderia ser feito seria o envio de uma ambulância sem maca e sem prancha, o que, no entanto, não garantiria um atendimento adequado, uma vez que, dependendo do ocorrido, o paciente precisaria ser tratado como uma ocorrência de trauma. Ressaltou, porém, que o que poderia ser feito seria deixar uma prancha fixa no GBMAR, já que, na falta da maca, a mesma poderia ser utilizada na prestação do socorro, até porque nas ambulâncias mais novas existia um banco lateral que dispunha de cinto, sendo assim possível se fixar a prancha com o mesmo. Afirmou, então, que essa estratégia precisaria ser pactuada, já que muitas vezes não havia enviado a ambulância para o GBMAR por achar imprudente enviar a mesma sem maca e sem prancha. Caso, no entanto, ficasse pactuado que a mesma poderia contar pelo menos com a prancha, então não haveria problema nenhum. Informou, ainda, que existia um planejamento na Secretaria de Saúde do Recife de descentralização dessas viaturas, principalmente as que dispunham de médicos, para pontos estratégicos. Finalizando, assegurou que estaria orientando o seu pessoal, a partir daquela data, a liberar a viatura para o GBMAR, todos os finais de semana, ainda que a mesma estivesse equipada somente com a prancha.

O Sr. Alexandre pediu então a palavra para lembrar o evento que havia sido realizado já havia alguns anos, para tratar especificamente do atendimento pré-hospitalar às vítimas de ataques de tubarão, questionando se não seria o momento de se realizar um segundo simpósio sobre o tema.

A Sra. Elisângela concordou com a sugestão, afirmando que na atualidade já não se utilizava quase nada do que havia sido visto no primeiro simpósio, ocorrido já havia mais de dois anos, sendo a realização de um novo evento, assim, segundo o seu entendimento, extremamente necessária para que houvesse uma atualização dos procedimentos.

O Prof. Fábio perguntou, em seguida, como se poderia deflagrar o processo de construção desse novo seminário, a cuja indagação a Sra. Elisângela respondeu que o mesmo poderia ser feito através de uma parceria, a começar pela elaboração do projeto. O Prof. Fábio sugeriu, então, que o próprio SAMU capitaneasse o processo de elaboração do projeto, juntamente com o GBMAR e o APH – Atendimento Pré-Hospitalar, com o Cemit entrando no circuito no sentido de apoiar a obtenção dos recursos necessários junto à FACEPE, que tradicionalmente apóia eventos dessa natureza. Afirmou, por fim, que o

Permanente- NEP, núcleo pertencente ao SAMU, preparasse um projeto que pudesse ser aprovado já na sua próxima reunião.

O **Sr. Alexandre** expressou, então, a sua expectativa de que esse novo simpósio pudesse trazer também para o público leigo, informações sobre os procedimentos de primeiros socorros dos profissionais que trabalham na área, de forma a permitir que mesmo pessoas sem formação específica pudessem ter algum conhecimento básico sobre os procedimentos de salvamento, de forma a poder atuar naqueles minutos que antecedem o pré-atendimento, sem agravar a situação da vítima.

O **Sr. Sérgio Murilo** insistiu na possibilidade dos barraqueiros serem engajados mais ativamente no processo, já que eles, em função do grande tempo em que permanecem na beira da praia, poderiam ajudar no momento que antecede o pré-atendimento, razão pela qual deveriam ser capacitados em um curso de primeiros socorros.

O **Prof. Fábio** ponderou, então, que, à luz do que havia sido dito, no contexto do projeto a ser proposto deveria se pensar não só na realização do evento em si, mas na promoção de um curso de treinamento para alguns agentes, públicos ou não, como no caso dos barraqueiros, por meio dos quais seria possível se reduzir o índice de fatalidade em eventuais acidentes associados não só a ataques de tubarão, mas ao uso da orla, de uma maneira mais geral.

Passando ao próximo item da agenda, acerca das ações de pesquisa e monitoramento, o **Prof. Fábio** explicou que no período de 12 de maio a 08 de junho as atividades haviam sido paralisadas, em decorrência da necessidade de prorrogação do convênio, questão, no entanto, que já havia sido resolvida, com as atividades encontrando-se, àquela altura, asseguradas até o final do mês de julho de 2008. Passou, então, às mãos da Sra. Cláudia, Secretária Executiva do CEMIT e representante da SDS, um projeto para a continuidade do convênio, com cópia para a Secretaria da Casa Civil, Empetur, e Secretaria de Turismo, notando que já haviam sido entregues cópias à Secretaria de Imprensa, Secretaria da Casa Militar e Secretaria da Juventude e Emprego. Disse, por fim, que da parte do CEMIT tudo que era necessário no sentido de assegurar a continuidade das atividades já havia sido encaminhado, restando àquela altura, tão somente, aguardar o posicionamento do Governo do Estado. Ainda sobre a ação de pesquisa e monitoramento, informou que havia sido marcado o primeiro tubarão tigre com uma marca PSAT, a qual

deveria subir nas próximas duas semanas, ocasião na qual teríamos, então, o primeiro retorno de um tubarão tigre marcado com uma marca daquele tipo no Atlântico Sul. Informou, também, que em outro projeto, não diretamente vinculado ao CEMIT, já haviam sido marcados 4 tubarões azuis e dois tubarões mako, espécies oceânicas que não estavam diretamente ligadas aos ataques, mas cujas informações seriam muito importantes para se entender a dinâmica de migração dos tubarões no Atlântico Sul, de uma maneira geral. Em relação à costa pernambucana, informou que havia claramente dois grupos de tubarões relacionados aos ataques: os tubarões tigres jovens, com comprimento total médio em torno de 1,20 m; e os tubarões cabeça-chata, adultos, com cerca de 2,20 m, em média. Esclareceu que os mesmos constituíam claramente dois grupos distintos, os quais, muito provavelmente, tinham comportamentos completamente diferentes. Quanto à questão dos dois últimos ataques, explicou que os mesmos haviam acontecido no período em que as atividades haviam sido paralisadas, lembrando, ademais, que o CEMIT não operava mais em Del Chifre, local do último ataque, em razão da elevada frequência de furto do material de pesca na área. Esclareceu, assim, que para operar em Del Chifre seria necessário manter outra embarcação permanentemente na área, o que significaria aumentar significativamente os recursos necessários para a realização da ação de pesquisa e monitoramento, medida esta que não justificaria já que praticamente não há banhista em Del Chifre, com o problema na área restringindo-se aos surfistas que insistem em infringir a proibição vigente. Assim, o Estado estaria fazendo um investimento enorme para proteger surfistas que, na verdade, estariam praticando uma contravenção. Fazendo uma retrospectiva de 2004 até àquele momento, o Prof. Fábio ressaltou que cinco ataques haviam acontecido entre janeiro e maio de 2004, quando as operações de pesca haviam começado. Do final de maio até julho do mesmo ano, enquanto perduraram as operações, não houve ataques. A operação foi suspensa em finais de julho, verificando-se um ataque em agosto e outro em setembro, quando as atividades foram então retomadas. De setembro de 2004 até março de 2006, quando a ação de pesquisa e monitoramento foi desenvolvida de forma ininterrupta, um ano e sete meses transcorreram sem que nenhum ataque acontecesse. Após a paralisação em março de 2006, ataques voltaram a acontecer em abril, maio, e julho, quando o trabalho foi reiniciado. De julho de 2006 até maio de 2008, quando novamente as operações de pesca e pesquisa perduraram sem interrupções, nenhum ataque ocorreu, configurando o período

mais longo sem ataques desde o início do surto, em 1992 (um ano e onze meses). Após a paralisação em meados de maio, dois ataques se seguiram nos dias 1 e 10 de junho. Segundo o Prof. Fábio, tais dados mostravam, portanto, que existia, evidentemente, um importante efeito de redução da incidência de ataques, em decorrência da operação de captura seletiva, a qual, somada ao trabalho de educação ambiental, integrava atualmente o programa de redução de ataques de tubarão ecologicamente mais equilibrado no mundo inteiro, não existindo nenhuma iniciativa parecida, ressaltando que os tubarões atualmente capturados eram transportados para longe da área de risco, marcados e liberados de volta ao mar. Lembrou, também, que, ao longo desse período, o espinhel havia sido modificado duas vezes, primeiro com a suspensão dos anzóis e depois com a incorporação dos anzóis circulares, modificações essas que haviam transformado o espinhel utilizado em um dos mais seletivos e menos impactante, jamais utilizado em operações desse tipo. O Prof. Fábio afirmou, ainda, que, muito provavelmente, a metodologia de prevenção de ataques atualmente utilizada no Estado de Pernambuco, além de extremamente eficiente do ponto de vista da redução da incidência, era a mais equilibrada e menos impactante do ponto de vista ecológico, em todo mundo. Ressaltou, por fim, que o “tubarão” capturado nas Praias do Recife era o mesmo “cação” rotineiramente pescado pelos barcos de pesca, em quantidades muitas vezes superior, com fins comerciais, sendo vendido nos supermercados, peixarias e restaurantes do Estado.

Passando para o trabalho de educação ambiental, o **Sr. Alexandre**, no intuito de agilizar a apresentação das ações, passou às mãos da Sra. Claudia, o relatório das atividades realizadas, da última reunião até aquela data, procedendo a uma rápida leitura das mesmas.

Em relação às ações de vigilância e fiscalização, item seguinte da agenda, o **Prof. Fábio** ponderou que seria importante primeiro nivelar o Comitê com relação às providências adotadas pelo CBMP, após os dois últimos ataques, para somente depois entrar na questão das placas. O **Cel. Edemirio** informou, então, que havia ocorrido um incremento no número de postos, em decorrência do ingresso de pessoal novo, formado no final do ano passado, notadamente nas praias de Olinda, Recife e Jaboatão. Informou, também, que em Del Chifre não havia, infelizmente, serviço de vigilância, uma vez que, a exemplo do roubo constante das linhas de pesca, relatado pelo Prof. Fábio, em várias ocasiões nas quais havia se tentado realizar um esforço de vigilância no local, os guarda-

vidas haviam enfrentado problemas seriíssimos de segurança, chegando até ao roubo da sua alimentação pessoal. Explicou, porém, que, após a ocorrência do primeiro ataque em junho, um trabalho intensivo, mais específico, basicamente nos finais de semana e nos horários próximos aos picos de maré, havia sido retomado em toda a área de risco. Em relação à coibição da prática do surfe nas áreas proibidas, informou que já no primeiro final de semana da ação de vigilância intensificada, havia ocorrido a apreensão de pranchas em Zé Pequeno, Município de Olinda. Informou, ainda, que após a ocorrência do segundo ataque, para sua surpresa, em Del Chifre, o CBMPE havia passado a fazer um trabalho diário, com a equipe de mergulho escalada, com apoio do oficial de área, do GBMAR, tendo sido a mesma orientada a trabalhar em cumprimento ao Decreto do Governo do Estado, editado em 2006, que reviu, inclusive, a questão das áreas de interdição dos esportes náuticos. De acordo com o citado decreto, a orientação seria usar primeiro a linha educativa e depois a linha repressiva. O Cel. Edemirio ressaltou, neste sentido, que o esforço educativo tinha alcançado alguns sucessos, enquanto que na linha repressiva vinha se enfrentando algumas dificuldades. Informou, ainda, que o trabalho continuaria e que após 90 dias se faria uma avaliação, com base na qual seria possível se corrigir alguns rumos e, talvez, incrementar alguma ação específica, embora o mesmo estivesse convencido de que o fundamental era manter a constância do esforço de vigilância, já que, apesar de tudo o que havia sido falado a respeito do plano de mídia, o mesmo estava consciente de que a população tende sempre a se acomodar quando não ouve mais falar em ataques de tubarão.

Com relação às placas, o Cel. Edemirio informou que a aquisição das mesmas já se encontrava em processo de licitação, no número e formato estabelecido na proposta que já havia sido amplamente discutida pelo Comitê. Por fim, encerrando a sua intervenção, afirmou que, uma vez concluída a licitação, esperava empenhar a despesa, observar o prazo de recebimento e fazer todo o trabalho de acompanhamento da instalação das mesmas, de acordo com o que já havia sido mapeado.

O Cel. Josué complementou explicando que, apesar do já citado decreto prever que todas as pessoas flagradas surfando em áreas interditadas deveriam ter as suas pranchas apreendidas, a orientação do Comandante havia sido a de que essas pessoas fossem retiradas da água, orientadas e liberadas. Segundo o mesmo, portanto, a apreensão ocorrida em Zé Pequeno havia sido motivada por desobediência do surfista, que havia tratado mal os

bombeiros, além de ter se recusado a sair da água. Por fim, sugeriu que no processo necessário à liberação da prancha, fosse incluída, como condição, uma visita do surfista ao Instituto Oceanário para que o mesmo pudesse receber uma orientação educativa.

O **Sr. Sérgio Murilo** informou, então, que a grande maioria das pranchas que haviam sido doadas ao Instituto Praia Segura já tinham sido recuperadas, encontrando-se, naquele momento, na última fase de preparação, a qual consistia na colocação de adesivos com os dizeres: “este equipamento foi apreendido e retornará para as escolinhas de surf que funcionarão dentro das áreas protegidas”. Disse, ainda, que as pranchas tinham sido pintadas de branco e que tão logo as telas fossem instaladas, elas seriam doadas para as escolinhas de surf.

O **Sr. Alexandre** relatou, em seguida, um fato ocorrido na localidade conhecida como Buraco da Velha, em Brasília Teimosa, onde existe um pequeno trecho no qual o surf é praticado, apesar de proibido. Segundo o mesmo, ao constatar a presença de quatro surfistas dentro do mar, ligou imediatamente para o Cel. Josué que acionou o GBMAR, o qual, por sua vez, deslocou rapidamente um Jetski para efetuar a fiscalização por água. Tão logo o jetski se tornou visível, porém, em sua rota de aproximação da área, segundo o Sr. Alexandre, um membro do grupo que estava fora da água, atuando como vigia, alertou aos demais que rapidamente saíram do mar, demonstrando um alto grau de organização dos mesmos. Afirmou, portanto, que, segundo a sua visão, para que a estratégia de vigilância pudesse ser eficiente naquele local deveria ser sempre acompanhada de uma abordagem por terra, incluindo, até mesmo, um planejamento de inteligência.

Nada mais havendo a tratar sobre o tema de vigilância e fiscalização, o **Prof. Fábio** passou, então, às ações de recuperação ambiental, entregando, na oportunidade, à Sra. Cláudia, o diagnóstico ambiental dos Rios Pirapama e Jabotão, recentemente concluído pela equipe da UFRPE, tratando-se o mesmo de um trabalho bastante detalhado. O Prof. Fábio solicitou, então, que cópias do trabalho fossem encaminhadas pelo CEMIT, oficialmente, à CPRH e ao IBAMA, e para quem mais demonstrasse interesse. Adiantou, em linhas muito rápidas, que o trabalho havia constatado uma situação muito grave de degradação ambiental, resultante, principalmente, de uma elevada carga de poluição orgânica, causada, predominantemente, por efluentes domésticos, em razão da aguda carência de saneamento básico e estações de tratamento. Do ponto de vista pesqueiro, por

exemplo, a partir de uma comparação efetuada com um trabalho anterior, realizado na mesma área e usando a mesma metodologia, havia sido encontrada uma redução da ordem de 90%, tanto em termos de diversidade como de biomassa.

O Sr. Assis afirmou, em seguida, que algumas mudanças estruturais muito importantes estavam acontecendo no Estado, como, por exemplo, a criação de aterros sanitários privados, utilizando uma técnica mais moderna, os quais se encontravam em processo de licenciamento, não só em Jaboatão, mas em Igarassu, com previsão, ainda, para outras localidades. Tal providência, no seu entendimento, daria um pouco mais de segurança, uma vez que permitiria a desativação gradual do aterro da Muribeca, cujo funcionamento trazia sempre a possibilidade do chorume despejado no Rio Jaboatão aumentar o potencial atrativo para os tubarões. Outra mudança importante, segundo o mesmo, estava ocorrendo na área de saneamento, em relação à qual o Governo do Estado estava adotando uma postura muito mais incisiva, que se refletia na construção, no grande Recife, de pequenas unidades de tratamento, com vistas a minimizar o problema em um prazo de 12 anos. Um outro aspecto positivo era a perspectiva do Estado poder usar recursos de compensações ambientais para mitigar impactos ambientais de uma forma geral, através de projetos estruturadores, como aqueles que havia citado. Disse, por fim, que, apesar de não ser novidade o resultado encontrado pelo diagnóstico dos Rios Jaboatão e Pirapama, o mesmo serviria de base para a CPRH poder fazer comparativos com os dados que já possuía.

Ainda sobre o tema de recuperação ambiental, o Sr. Alexandre informou que no dia 2 do mês passado, tinha ocorrido uma audiência pública no Ministério Público Estadual sobre a questão do lixão da Muribeca, na qual havia ficado decidida a desativação progressiva do mesmo, em um prazo de 12 meses, devendo, já nos próximos 90 dias, deixar de receber resíduos de empresas. O Sr. Assis retrucou, porém, que achava muito difícil que se conseguisse uma desativação por completo, embora julgasse possível uma diminuição considerável em razão dos aterros privados mencionados.

O Prof. Fábio passou, então, para o próximo item da agenda, acerca do projeto de instalação e monitoramento da rede de proteção. Sobre o tema, o Sr. Sérgio Murilo informou que já estava de posse de uma peça com 100 metros de comprimento, de qualidade superior à utilizada anteriormente, e que já havia agendado com a equipe da

UFRPE uma reunião para o dia seguinte, às 11:00h, durante a qual a panagem seria aberta para se decidir o tipo de corte e costura que a mesma deverá receber, para a confecção do painel a ser testado quanto a sua inocuidade ecológica, utilizando-se para tanto o barco de pesquisa Sinuelo. Uma vez concluídos os testes, complementou, seguindo o cronograma originalmente previsto, deveria se preparar o projeto técnico a ser submetido ao CPRH, ao IBAMA e à Procuradoria Geral do Estado. Na ocasião, o Sr. Sérgio Murilo passou às mãos do Presidente, conforme solicitado, as especificações técnicas da nova tela, inclusive os testes de resistência que já haviam sido realizados. Por fim, o Sr. Sérgio Murilo ressaltou que nem o projeto anterior, nem aquele novo, haviam contado com nenhum tipo de recurso público, informando ainda, ao Presidente, que só viria a adquirir as novas peças, a partir do momento em que o projeto fosse aprovado pelos órgãos competentes. O **Prof. Fábio** esclareceu, então, que o projeto técnico deverá constar de duas partes: uma fase inicial de testes relativos à captura, e uma segunda etapa, que será a aquisição da tela maior para instalação em eventos de campeonato de surf. Indagou, então, se seria melhor submeter para o devido licenciamento ambiental um projeto só, ou dois projetos, sendo um para cada etapa, ressaltando ainda que a questão da responsabilidade civil deveria ser encaminhada para consulta à PGE e ao MPF, em paralelo ao licenciamento ambiental.

O **Sr. Euclides, do IBAMA**, sugeriu que a UFRPE só submetesse o segundo projeto, para instalação dos painéis na praia, uma vez concluído o primeiro projeto, ocasião na qual já se teria uma conclusão sobre o impacto ecológico do equipamento.

O **Sr. Assis**, por sua vez, afirmou que para a realização do teste da panagem via uma grande possibilidade de entendimento entre o IBAMA e a CPRH para a sua autorização. Ressaltou, porém, que tinha duas grandes preocupações: a primeira, de que nessa etapa inicial não fosse divulgado nada na imprensa, no intuito de não se gerar falsas expectativas na população; e a segunda, relativa à questão da responsabilidade civil, lembrando que o Dr. Marcos Costa, do MPF, já havia comentado, em outra reunião do CEMIT, que o Poder Público é quem deveria assumir essa responsabilidade.

O **Prof. Fábio** comentou então que a sua expectativa era a de que, num espaço de uma ou duas semanas, o primeiro projeto já tivesse sido encaminhado ao IBAMA e à CPRH para o licenciamento. Nada mais havendo a tratar sobre o projeto das redes, passou, então, para os dois últimos assuntos da pauta, relativos à tramitação do processo de inclusão

do Instituto Praia Segura entre os membros efetivos do CEMIT e à Home Page do Comitê. Sobre o primeiro ponto, a **Sra. Claudia** informou que antes da reunião havia falado com o Dr. Cláudio, ocasião na qual ele havia solicitado que o Sr. Sérgio Murilo fosse encaminhado ao seu gabinete para que pudesse conversar diretamente com o mesmo.

O Sr. Sérgio Murilo respondeu, então, que já havia falado com Dr. Cláudio, por telefone, e que, na oportunidade, o mesmo havia lhe informado que uma nova redação do Decreto já havia sido elaborada e que já se encontrava de posse do Secretário. O Sr. Sérgio informou, também, que havia comunicado, então, ao Dr. Cláudio que havia entrado em contato com o Vice-governador, João Lyra, buscando saber se havia algum tipo de entrave política e que o mesmo havia respondido negativamente, alegando que o atraso se devia exclusivamente a questões burocráticas, em função das muitas prioridades do Estado, até mesmo para redação de novos decretos. O Sr. Sérgio concluiu a sua intervenção, afirmando que continuaria aguardando, já que não tinha nenhuma vaidade de pertencer ao CEMIT, quer como membro convidado quer como efetivo.

A **Sra. Claudia** reiterou, porém, que o Sr. Sérgio Murilo ficasse ciente de que Dr. Cláudio gostaria de recebê-lo em seu gabinete, mesmo que tal não viesse a ser possível imediatamente após aquela reunião.

Por fim, o **Prof. Fábio** passou à questão da home Page, em relação à qual a **Sra. Claudia** informou que o pessoal da informática da SDS havia explicado que não seria possível fazer uma página exclusiva do CEMIT, devendo a mesma permanecer como um link na página da SDS, sob o ícone “Ações Preventivas de Defesa Social”. A Sra. Cláudia explicou, ainda, que a referida página trazia explicações sobre a Gerência geral, havendo um link abaixo da mesma, sob os dizeres: “para conhecer mais sobre as ações clique aqui”, o qual, quando acionado exibia as logomarcas de todas as ações preventivas da SDS, entre elas a do CEMIT, sendo este o portão de acesso à sua Home Page. O **Prof. Fábio** afirmou, então, que tinha achado a página ótima quanto a sua diagramação e conteúdo, havendo, no entanto, uma grande dificuldade para se chegar à mesma. Sugeriu, por conseguinte, que, pelo menos, ao se colocar a setinha sobre o ícone “Ações Preventivas de Defesa Social”, já aparecessem de imediato, sem a necessidade de se clicar, todas as ações nele contidas. Finalizando, agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião.